

**2º PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Edital de Leilão**

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

Artigo 879 da Lei. 13.105/2015.

EDITAL de 1º e 2º Leilões da totalidade do bem imóvel abaixo descrito, bem como para a INTIMAÇÃO de **DALZIRIO PEREIRA LIMA, CPF: 048.520.518-10, EDNA ESTEVAM GRILLO LIMA, CPF: 246.657.698-85;** dos interessados **LAIS ANGELO DE LIMA DOS SANTOS, CPF: 290.756.268-19; JAIR BARBOSA DOS SANTOS, CPF: 824.947.548-87; LEONICE ANGELA DE LIMA, CPF: 083.046368-24; DALCI PEREIRA LIMA, CPF: 083.046.318-65 e CLEONICE MATIAS DE ANDRADE LIMA, CPF: 145.880.228-06,** a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA/SP,** e eventuais interessados, expedido nos autos da ação de Procedimento do Juizado Especial em fase de Execução (Nota Promissória), movida por **PAULO ROBERTO DURAN, CPF: 092.667.248-74,** processo nº **1001604-94.2019.8.26.0201.**

A Doutora **Renata Lima Ribeiro Raia,** Meritíssima Juíza do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Garça/SP, na forma da Lei...

**Faz saber,** a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, **no dia 06 de novembro de 2020 às 11h30min,** será levado a **primeiro Leilão** o bem abaixo descrito, entregando-o a quem maior lance der acima da avaliação. Não havendo lance superior à importância da avaliação nos três dias seguintes ao primeiro pregão – **09 de novembro de 2020 às 11h30min** – seguir-se-á, sem interrupção, a **segundo Leilão,** que se encerrará em **30 de novembro de 2020 às 16h00min,** ocasião em que serão aceitos lances a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação não sendo admitido lance vil, nos termos do artigo 891 § único do CPC. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema de alienação judicial eletrônica, no portal de leilões – [www.rossileiloes.com.br](http://www.rossileiloes.com.br) regulamentado pelo Provimento CSM 1625/2009 do TJ/SP. **PUBLICAÇÃO DO EDITAL** – O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor [www.rossileiloes.com.br](http://www.rossileiloes.com.br), em conformidade com o disposto no art. 887 § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser pregado. **VISITAÇÃO** – As visitas deverão ser agendadas via e-mail [contato@rossileiloes.com.br](mailto:contato@rossileiloes.com.br), cabendo ao responsável pela guarda autorizar o ingresso dos interessados. **DO IMÓVEL** – O imóvel será vendido em caráter “AD CORPUS” e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal [www.rossileiloes.com.br](http://www.rossileiloes.com.br).** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante nos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do Código de Processo Civil. **DO CONDUTOR:** O leilão será presidido pelo Leiloeiro Público Oficial UGO ROSSI FILHO, inscrito na JUCESP sob nº 394, que levará a público pregão de venda e arrematação conforme **RELAÇÃO DE BENS: LOTE 01: Matrícula nº 10.276:** Prédio residencial, sob nº 891, da Rua Padre Paulo de Toledo Leite, e seu

respectivo terreno, constituído pelo lote 06, da quadra 19-A, do Bairro Ferrarópolis, Garça/SP, com área de 400,00m<sup>2</sup>, cujas medidas e confrontações estão descritas na matrícula. **Contribuinte nº 05091100-8. MATRÍCULA Nº 10.276 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GARÇA/SP – Avaliação R\$ 391.642,96 (trezentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos) para setembro de 2020, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. Ônus:** Consta na Av.03, da citada matrícula, penhora nos Autos de Cumprimento de Sentença nº 0000336-56.2018.8.26.0201, **em tramite pelo Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Garça** requerida por Vladimir Martins – ME em face de Dalci Pereira Lima, na Av.04, penhora nos autos da Liquidação/Cumprimento/Execução nº 1000122-14.2019.8.26.0201, em trâmite pelo Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Garça/SP, requerida por Wladimir Martins Filho em face de Dalci Pereira Lima; na Av.05, penhora exequenda e na Av.06, penhora nos autos da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível – Pagamento nº 1004166-13.2018.8.26.0201, em trâmite pelo Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Garça/SP, requerida por Vladimir Martins Me em face de Dalzirio Pereira Lima. OBS: Consta inventário sob nº 1003225-63.2018.8.26.0201, que apesar de finalizado (fl. 105), ainda não foi registrado na matrícula do imóvel. **Débitos fiscais:** Eventuais débitos serão sub-rogados no preço da arrematação nos termos do artigo 130 do CTN e reservado nos autos em favor da municipalidade. Débito exequendo R\$ 15.075,30 para abril de 2020, que será atualizado até a data da alienação. **RECURSOS:** Não consta dos autos haver recursos pendentes de julgamento. **Do Cadastramento:** O cadastramento deverá ser feito pelo interessado diretamente no sítio acima citado. **Da Comissão do Leiloeiro:** A comissão devida ao Leiloeiro é de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação e paga a vista pelo arrematante. **Da arrematação pelo exequente:** Se o exequente desejar arrematar os bens poderá fazê-lo por conta e em razão de seu crédito nos termos do artigo 892 do CPC. Neste caso a comissão do leiloeiro fica arbitrada em 5% (cinco por cento) que deverá ser paga á vista em 24 horas diretamente ao leiloeiro. **DA PREFERENCIA:** Nos termos do artigo 843, § 1º, do Código de Processo civil, a quota parte da coproprietária/cônjuge alheia a execução recairá sobre o produto da alienação do bem, sendo que a mesma terá a preferência na arrematação, devendo concorrer no leilão, em igualdade de condições, visando possibilitar a livre concorrência. **Do Pagamento:** O pagamento será por meio de guia de depósito judicial identificado, vinculado ao processo e respectivo juízo e a comissão do Leiloeiro ser-lhe-á paga diretamente. O arrematante deverá apresentar comprovante de pagamento em original ao Leiloeiro que lavrará o auto de arrematação de plano. **Do Parcelamento:** O interessado em adquirir bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito ao leiloeiro em até uma hora antes do início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao acima descrito que conterà, em qualquer hipótese, o valor a ser ofertado e pagamento de vinte e cinco por cento (25%) do valor do lance á vista e o saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem. A proposta para aquisição em prestações indicará expressamente o prazo de pagamento de será efetuado em juízo corrigido mensalmente pelo índice do TJ/SP (INPC) acrescido de juros de 0,60% a.m. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os

pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Em caso de resolução da arrematação perderá o arrematante o valor dado a título de sinal em favor do exequente nos termos do artigo 39 da Lei 21.981/1932 e será por ele devida a comissão do leiloeiro. As propostas de parcelamento devem anteceder o registro de lances no sistema eletrônico. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor e menor prestações. Se em iguais condições, o leiloeiro apresentará em juízo e o magistrado decidirá pela formulada em primeiro lugar que será certificada pelo Leiloeiro. Os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. A apresentação da proposta não suspende o leilão. Independente do parcelamento do lance, a comissão do leiloeiro público será à vista. **Do prazo:** o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito do lance integral e da comissão ocasião em que será lavrado o auto de arrematação. Não comprovados os pagamentos em qualquer das hipóteses no prazo supra, o leiloeiro declarará de plano como vencedor o segundo colocado e comunicará o juízo sem prejuízo da aplicação de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do lance ao remisso, bem como da aplicação da sanção prevista em Lei e, penalidade prevista no artigo 358 do Código Penal. **Despesas:** O bem será vendido “Ad corpus” e no estado em que se encontra. Correção por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem desocupação e quaisquer outros custos provenientes de sua aquisição. **No caso de alienação judicial,** os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza “propter rem”, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, não devendo o arrematante arcar com nenhum outro valor além do preço da aquisição, nos termos do art. 908, §1.º do Código de Processo Civil, salvo a comissão do leiloeiro fixada em 5%. A aquisição em leilão judicial é originária, o arrematante não arcará com nenhum outro valor além do valor do lance e da comissão do leiloeiro. Ficando a cargo do interessado a apuração de todos e qualquer ônus que recaiam sobre o bem. **Composição/ Depósito:** Se as partes ou qualquer interessado, após a publicação do edital, a qualquer momento comporem-se ou ainda, depositar o valor de débitos total ou parcialmente, adquirir os direitos etc., antes da data da praça, em seu curso ou após o certame, será devida por quem causou o acordo ou depósito, o ressarcimento das despesas incorridas com o leilão ao Leiloeiro fixando-se o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Ocorrendo o acordo ou remissão após o término do leilão aplicar-se-á termos do § 3º do artigo 7º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça. **Informações:** Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones: (11) 5594-7785 e (11) 5585-9586, ou por e-mail: [juridico@rossileiloes.com.br](mailto:juridico@rossileiloes.com.br) e [contato@rossileiloes.com.br](mailto:contato@rossileiloes.com.br). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei e atenderá ao disposto no inciso I, do art. 889, da Lei 13.105/2015 (novo CPC). São Paulo, 29 de setembro de 2020. Eu, \_\_\_\_\_  
escrivã(o) subscrevo. \_\_\_\_\_

**Dra. Renata Lima Ribeiro Raia**

**Juíza de Direito**